



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Gestão pública e poder legislativo: um estudo sobre as trajetórias e
motivações de candidatos a vereador em 2016

Laerte Barbosa Alves de Mello
Graduando

Campina Grande – PB

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Gestão pública e poder legislativo: um estudo sobre as trajetórias e
motivações de candidatos a vereador em 2016

Laerte Barbosa Alves de Mello
Graduando

Monografia apresentada ao Curso de
Bacharelado em Administração da
Universidade Federal de Campina Grande,
UFCG, Campus Campina Grande – PB,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Darcon Sousa.

Campina Grande - PB

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

M527g Mello, Laerte Barbosa Alves de.
Gestão pública e poder legislativo : um estudo sobre as trajetórias e motivações de candidatos a vereador em 2016 / Laerte Barbosa Alves de Mello. – Campina Grande-PB, 2017.
38 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Administração – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. Darcon Sousa".
Referências.

1. Gestão Pública - Política. 2. Gestão Pública – Poder Legislativo. I. Sousa, Darcon. II. Título.

CDU 35.073.1(043)

LAERTE BARBOSA ALVES DE MELLO

Gestão pública e poder legislativo: um estudo sobre as trajetórias e
motivações de candidatos a vereador em 2016

Monografia apresentada ao Curso de
Bacharelado em Administração da
Universidade Federal de Campina Grande,
Campus Campina Grande – PB, como
requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Gestão Pública

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Darcon Sousa (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade

Profª. Ma. Claudia Gomes de Farias (Membro)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade

Profª. Ma. Sheyla Suzanday Barreto Siebra (Membro)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade

AGRADECIMENTOS

Ao professor orientador Dr. Darcon Sousa, amigos e aos anônimos candidatos a vereador, colaboradores, cujas participações, estímulos e orientações, impulsionaram o presente trabalho.

Ao meu Pai (*in memoriam*), que sempre me incentivou ao estudo e me ensinou a superar as adversidades.

A minha família, que compreenderam a minha ausência em vários momentos desta jornada, me estimularam durante o curso de administração e no desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal conhecer as trajetórias e motivações de candidatos a vereador da coligação encabeçada pelo Partido Popular Socialista (PPS) no município de Campina Grande, PB, no ano de 2016. Visando elucidar e ao mesmo tempo responder o problema de pesquisa, foi elaborado um questionário estruturado com perguntas objetivas e discursivas e consequente análise quantitativa categorial. Esse questionário foi aplicado aos candidatos a vereador da referida coligação que foram voluntários a participar desta pesquisa. A aplicação do questionário ocorreu durante o período eleitoral, especificamente entre os dias 18 de agosto e 30 de setembro. O interesse no estudo do histórico e do perfil desses indivíduos se justifica pela importância que o poder legislativo tem para o desempenho da gestão pública. Esta pesquisa também é um estudo de caso, onde, candidatos a vereador, com múltiplos percursos, e movidos por diversos fatores, conformam um quadro de potenciais agentes políticos sem o necessário suporte de setores sociais e sem causas claras que pudessem delinear o trabalho de representação parlamentar.

Palavras Chaves: Política. Gestão Pública. Poder Legislativo.

ABSTRACT

This research had as main objective to describe the trajectories and motivations of the candidates to the alderman of the coalition led by the Popular Socialist Party (PPS) in the city of Campina Grande, PB, in 2016. With the aim of elucidating and, at the same time, answering the research problem, a structured questionnaire with objective and discursive questions was developed, along with quantitative category analysis. This questionnaire was applied to the city council candidates from the aforementioned coalition, which volunteered to participate in the research. The questionnaire was applied during the election period, between August 18th and September 30th. The interest in the study of the history and the profile of these individuals is justified by the importance that the legislator has in the performance of public management. This research is also a case study, in which candidates with multiple paths, driven by several factors, form a framework of potential political agents without the necessary support of social sectors and without clear causes that can delineate the work of parliamentary representation.

Key words: Politics. Public administration. Legislative Power.

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	2
LISTA DE FIGURAS.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
2.1 Gestão pública, governo, poderes e controle social.....	6
2.2 O sistema político brasileiro.....	8
3. METODOLOGIA.....	11
3.1 Tipo de Estudo.....	11
3.2 Participantes.....	12
3.2.1 Critérios de Inclusão.....	12
3.3 Instrumento.....	12
3.3.1 Descrição do Questionário.....	12
3.4 Procedimentos.....	13
3.4.1 Procedimento de coleta de dados.....	13
3.4.2 Procedimento de análise de dados.....	13
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
ANEXO I – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PPS – Partido Popular Socialista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

SESC-CENTRO – Serviço Social do Comércio - Sede Centro de Campina Grande

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PV – Partido Verde

PSC – Partido Social Cristão

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

STF - Supremo Tribunal Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TIC – Tecnologias de informação e comunicação

CGI – Comitê Gestor da Internet no Brasil

SECOM/PR – Secretaria de Comunicação da Presidência da República

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1: Renda familiar (s = salários mínimos)	15
Gráfico 2: Motivações para candidatura	17
Gráfico 3: Atividades político-sociais de interesse	18
Gráfico 4: Escolaridade	19
Gráfico 5: Como o candidato se considera com relação a sua ideologia política ...	21
Gráfico 6: Ambições Políticas	22
Gráfico 7: Quanto os candidatos estão dispostos a gastar de recursos próprios para investir em sua campanha	23
Gráfico 8: Opiniões dos candidatos a respeito da política e dos políticos da atualidade	25
Gráfico 9: Opinião dos candidatos sobre a reforma política que tramita no congresso nacional atualmente	27
Gráfico 10: Importância que o candidato acha que o partido tem para o eleitor ..	28
Gráfico 11: O que o candidato pensa sobre fidelidade partidária	29

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar e discorrer sobre os resultados da pesquisa realizada entre os candidatos a vereador da coligação encabeçada pelo PPS na eleição de 2016. A pesquisa, que também é um estudo de caso, foi executada no Município de Campina Grande, situada na Serra da Borborema, no agreste Paraibano, cuja população é de 407.754 habitantes, segundo dados do IBGE (2016), contando com 274.006 eleitores, representando aproximadamente 10% do total de votantes da Paraíba, posicionando-se como o segundo maior colégio eleitoral do Estado, de acordo com os dados do TSE (2016).

O município de Campina Grande é a segunda maior cidade do Estado da Paraíba, elevada à categoria de cidade em 11 de outubro de 1864, tendo uma localização estratégica para o comércio regional dotada de um valor político muito relevante no Estado, haja vista que vários governadores e mandatários legislativos, quer sejam estaduais ou federais, tiveram suas raízes políticas nesta cidade.

A motivação para a pesquisa decorre pelo fato do pesquisador ser Presidente do Partido Popular Socialista (PPS) em Campina Grande, ter vocação e interesse na vida partidária, razão pela qual o trabalho pretende fazer além da pesquisa, uma associação entre a atividade fática, política do pesquisador e um diálogo com a teoria, a partir da análise de um estudo de caso nas eleições 2016.

O Partido Popular Socialista (PPS) de Campina Grande é um partido político pequeno, reestruturado nesta cidade recentemente (2010) e que nunca governou este município, entretanto colocou-se como alternativa no pleito eleitoral de 2016, lançando candidatura própria a prefeito na eleição majoritária e lançando também candidatos a vereador nas eleições proporcionais.

Historicamente a cidade vem sido governada há décadas por políticos ligados a pequenos grupos pertencentes às mesmas famílias, a um mesmo partido político ou grupo econômico, que se alternam no poder sistematicamente.

Neste contexto o PPS lançou um candidato a Prefeito com perfil liberal que labuta no meio empresarial e ainda tem participação ativa em programas sociais, como mantenedor e fundador, a exemplo da Fazenda do Sol, que recupera a vida de dependentes químicos. O PPS, entretanto, não saiu sozinho, se coligou tanto na eleição majoritária, para prefeito, quanto na eleição proporcional, para vereador, a um outro partido político,

adequando-se a legislação para, dentre outras necessidades, participar de debates e aumentar o tempo de propaganda eleitoral.

Por sua vez, a Justiça Eleitoral implementou novas alterações nas leis que nortearam e regulamentaram as eleições no Brasil no ano da realização desta pesquisa (2016). Foram as primeiras eleições com as novas regras, dentre as quais, as mais impactantes foram a redução do tempo de propaganda e de televisão e o limite de representatividade na câmara de deputados para a participação em debates, houve ainda a proibição de doações de empresas à campanha política, neste caso, foi autorizada apenas doações de pessoas físicas, e ainda a exigência dos serviços de contador e advogado, na prestação de contas. Estas eleições foram as primeiras eleições ocorridas após a crise política que culminou com o impedimento da Presidente Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional.

Foi neste ambiente geopolítico que buscamos responder nosso problema de pesquisa que é saber qual o perfil e a motivação dos candidatos a vereador da coligação encabeçada pelo PPS a uma vaga na Câmara Municipal de Campina Grande, PB.

Para responder o problema da pesquisa temos como objetivo geral conhecer a trajetória e os motivos que informam a postulação dos candidatos a vereador desta coligação e, como objetivos específicos, identificar os perfis dos candidatos e apontar as motivações e ambições políticas dos mesmos.

Serão apresentados na seção 2 o embasamento teórico da pesquisa realizada, destacando a importância do tema e suas referências em outros contextos. Na seção 3, serão apresentadas as metodologias utilizadas na pesquisa e o espaço amostral definido como fonte na pesquisa. Na seção 4, serão apresentados os resultados da pesquisa com sua respectiva avaliação e as considerações finais serão abordadas na seção 5.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão pública, governo, poderes e controle social.

De acordo com Santos (2006), John Locke (1632-1704) foi o primeiro escritor a realmente elaborar uma teoria de divisão dos poderes, cabendo a Montesquieu (1680-1755) jurista e filósofo francês, autor do Espírito da Leis, elaborar uma teoria completa da divisão dos poderes, que foi difundida inicialmente por toda Europa.

Segundo Teixeira (2012), o presidencialismo surgiu como oposição ao absolutismo e inspira-se nas ideias de Montesquieu, quando adota o princípio da separação dos poderes do Estado para evitar a tirania. Esta forma de governo aonde a população legitima seus governantes através do voto também repudia tanto o princípio da vitaliciedade como também à ideia de sucessão hereditária.

O Brasil é uma república federativa, democrática, representativa e presidencialista, composta de três poderes independentes: o Executivo o Legislativo e o Judiciário. Com três níveis de Governo, o Federal, o Estadual e o Municipal.

No município, o chefe do poder executivo é o Prefeito, a quem cabe a propor as políticas públicas municipais e encaminhá-las à Câmara de Vereadores para as devidas apreciações e providências legais e executá-las, dando para tal outras orientações.

Segundo Ferreira (1999), governo é a direção suprema dos negócios públicos; a administração pública segundo Wilson (1887), (apud AMATO, 1971), é a execução minuciosa e sistemática do Direito Público, já a gestão pública refere-se às funções da gerência pública nos negócios do governo; mandato de administração, (FERREIRA, 1999), (apud SANTOS, 2006).

A gestão pública é de competência governamental dentro dos diversos níveis e nas esferas de suas atribuições, porém cabe ao executivo o planejamento, a elaboração e implementação dos programas e dos planos de ações dentro das delimitações de atuação dos gestores públicos, quer sejam geográficas, funcionais e/ou setoriais.

Segundo Santos (2006), a gestão pública tem as mesmas características da administração, entretanto válidas por um período de tempo determinado.

Os municípios possuem a Lei Orgânica, votada e aprovada pelos vereadores e adotam suas próprias políticas públicas, devendo observar as suas adversidades locais e regionais, enquadradas pela Lei de Responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000), que impõe limites a despesas e endividamentos.

Ainda no município, o poder Legislativo, que aprova as Leis municipais, é exercido pela Câmara Municipal de Vereadores. A constituição de 1988 prevê como obrigação do Legislativo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública e ainda tem a função de aprovar ou vetar as medidas enviadas pelo Executivo, além de outras, quer sejam: (TRE, 2012)

1. **Função Legislativa:** que consiste em elaborar as leis que são de competência do Município, discutir e votar os projetos que serão transformados em Leis, buscando organizar a vida da comunidade.
2. **Função Fiscalizadora:** o Vereador tem o poder e o dever de fiscalizar a administração, cuidar da aplicação dos recursos, a observância do orçamento. Também fiscaliza através do pedido de informações.
3. **Função de Assessoramento ao Executivo:** esta função é aplicada às atividades parlamentares de apoio e de discussão das políticas públicas a serem implantadas por programas governamentais, via plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual (poder de emendar, participação da sociedade e a realização de audiências públicas).
4. **Função Julgadora:** a Câmara tem a função de apreciação das contas públicas dos administradores e da apuração de infrações político-administrativas por parte do Prefeito e dos Vereadores.

Segundo Martins (1994:139-140) (apud TEIXEIRA, 2012) não se pode confundir Controle com opressão, destacando que democracia e controle não são termos antitéticos e destaca ainda que os tipos de autocracia é que não combinam coma ideia de controle.

Existem, entretanto, várias formas de controle da sociedade sobre o Estado, a principal delas segundo Teixeira (2012) é o sufrágio eleitoral aonde os cidadãos podem reconduzir ou substituir o mandatário do cargo público de acordo com o juízo que fazem de sua gestão, quer seja bem ou mal avaliada.

O que ocorre na prática é que se tem notado que alguns políticos mal avaliados ou envolvido em corrupção têm se mantido no poder, tal fato, coloca em dúvida à eficácia do sufrágio eleitoral como forma de controle eficiente da sociedade sobre o Estado.

Segundo Bruno Speck (2000a) (apud TEIXEIRA 2012), além das questões de controle que visam impedir que os gestores públicos transgridam os limites do exercício

do poder, qualquer governo deveria estar duplamente interessado em um controle efetivo sobre a administração dos seus recursos para melhorar o desempenho de seus projetos políticos e evitar, assim, escândalos que envolvam seus integrantes.

É notório que políticos se utilizam de políticas públicas com caráter clientelistas para se manterem no poder, resolvendo problemas de alguns em detrimento do direito de todos. Segundo Teixeira (1999), numa sociedade extremamente pobre, grande parte dessa população tende a trocar seu voto por favores particulares que os políticos prestam a suas comunidades, seus bairros ou cidadãos.

Przeworski (1998), ressalta a necessidade de que os eleitores tenham mais mecanismos para poder julgar os políticos e argumenta ainda que os cidadãos avaliam a gestão apenas pelo resultado, muitas vezes produzidos em condições que muitas vezes contrariam o interesse público, condições estas que na maioria das vezes é desconhecida pelos eleitores.

2.2 O sistema político brasileiro

Somos uma república relativamente jovem com estabelecimento ininterrupto do sistema de votação direta apenas a partir de 1989 com o movimento “Diretas Já” e o fim da Ditadura Militar, sendo o principal líder deste movimento da década de 1980 Ulysses Guimarães (Senhor Diretas). Nestes 28 anos o eleitor brasileiro tem demonstrado um posicionamento equivocado com relação à política, sendo a priorização do interesse individual sobre o coletivo, de acordo com Tavares (2006), uma característica muito peculiar deste eleitor, deste modo, tanto os interesses imediatos dos eleitores das camadas sociais mais carentes quanto as ações de curtíssimo prazo de agentes individuais privados do mercado transformam votos e apoio político/financeiro em moeda de troca em detrimento do bem coletivo.

Um outro fator que pode influenciar no posicionamento equivocado dos eleitores é o desconhecimento sobre as regras das eleições no Brasil, principalmente em relação a diferença entre os votos diretos das eleições majoritárias (Presidente da República, governador de estado e do Distrito Federal, senador e prefeito), em que o candidato com maior número de votos diretos é eleito, e a eleição proporcional (deputado federal, deputado estadual, deputado distrital (DF) e vereador), em que as vagas postuladas serão dispostas aos partidos com maior número de votos, segundo os cálculos do quociente

eleitoral obtido pela divisão do número de votos válidos pelo de vagas a serem preenchidas, de acordo com Código Eleitoral - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

O sistema proporcional de eleição foi instituído por considerar-se que a representatividade da população deve se dar de acordo com a ideologia que determinados partidos ou coligações representem. Dessa forma, ao votar, o eleitor estará escolhendo ser representado por determinado partido e, preferencialmente, pelo candidato por ele escolhido. Contudo, caso o mesmo não seja eleito, o voto será somado aos demais votos da legenda, compondo a votação do partido ou coligação. Dado o paradigma instalado da falta de representatividade e legitimidade política dos partidos, o método de eleição proporcional precisaria ser repensado de modo a atender esta nova realidade.

Uma forma de resolver a questão da representatividade partidária que está em análise no congresso nacional neste momento, já tendo sido aprovada no Senado em novembro de 2016, é a Proposta de Emenda Constitucional 36/2016 (PEC da Reforma Política). Entre outros pontos, a Reforma Política estabelece uma cláusula de barreira que divide os partidos políticos em dois tipos: os com funcionamento parlamentar e os com representação no Congresso Nacional. Os primeiros serão os que obtiverem no mínimo 2% dos votos nas eleições gerais de 2018 e 3% nas de 2022. Essas legendas poderão ter acesso a fundo partidário e tempo de rádio e televisão, estrutura funcional própria no Congresso e terão direito de propor ao Supremo Tribunal Federal (STF) ações de controle de constitucionalidade.

A proposta de uma cláusula de barreira já vigorou entre 1995 e 2006, sendo derrubada por ação promovida pelo PC do B com o apoio do PDT, PSB, PV, PSC, PSOL, PRB e PPS alegando que a mesma fere o direito de manifestação política das minorias.

É importante destacar que a pluralidade partidária em excesso (de acordo com o TSE, temos 35 partidos políticos registrados) não é o único problema no sistema político brasileiro. Desinformação e falta de representatividade também pesam muito nesta avaliação.

A falta de informação prejudica a ação cidadã de votar e participar mais ativamente das ações democráticas do país. Vale ressaltar, no entanto, que a questão não é falta de acesso a informação, mas falta de interesse sobre o tópico. Segundo o relatório TIC Domicílios de 2015, realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI, 2015), 97% dos domicílios brasileiros tem pelo menos um aparelho de televisão em casa e, de acordo com o relatório da Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, emitido pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR, 2016), duas em cada três

pessoas tem acesso a internet no Brasil. Ainda segundo a SECOM/PR (2016), a procura espontânea por informação (sobre qualquer tema, podendo haver procura em mais de um meio simultaneamente) ocorre de forma majoritária por meio da TV (68%), internet (26%) e rádio (7%). A mídia escrita representa apenas 3% da forma de acesso à informação hoje.

Desta forma pode-se dizer que a informação está acessível, mas de acordo com Giembinsky (2006) (*apud* TAVARES, 2006) o cidadão de modo geral, independente da sua origem, não tem uma visão clara do sistema partidário eleitoral, sentindo-se apenas como espectador do processo. O distanciamento dos expoentes políticos também é evidenciado na pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (2015), durante manifestações na Avenida Paulista ocorridas em 15 de março de 2015 com 210 mil participantes, em que os partidos políticos, o Congresso Nacional, a Presidência da República e os ministérios são, na ordem apresentada, as instituições com menos prestígio entre os pesquisados e o motivo mais evidente do protesto realizado foi contra a corrupção (63%). Vale ressaltar que a perda de representatividade de parcelas da população, minorias ou não, acaba por criar e dar força a movimentos sociais como os protestos realizados em junho de 2013 em boa parte do país, notadamente na cidade de São Paulo, os quais eram explicitamente apartidários. Evento similar e com representatividade em diversas minorias ocorreu também na virada para os anos 1980 com fortes influências apartidárias como da Igreja Católica, inspirada pela teologia da libertação, das universidades com o conhecimento do marxismo e movimentos libertários da década de 1970, e das reivindicações por melhorias sociais objetivas por camadas mais pauperizadas da população (FELTRAN, 2009).

A mudança deste cenário político, com a promoção do eleitor de espectador a participante, passa inequivocamente pela conscientização do cidadão perante a necessidade de conhecer os sistemas partidários e suas ideologias e/ou se tornar representado nos poderes Executivo e Legislativo pelo voto que afirme sua identidade evitando, por exemplo, que candidatos historicamente corruptos cheguem ao poder e que haja a sensação de impunidade constante no país.

3. METODOLOGIA

Ramos (2009) coloca que o método em pesquisa é imprescindível, pois é ele que possibilitará “o desenvolvimento e ordenação do raciocínio, orientando a argumentação e a reflexão”. (p.172). Esta seção, de acordo com Moreira (2008) busca descrever a metodologia, técnicas e procedimentos utilizados, dizendo o porquê de serem empregados.

3.1 Tipo de Estudo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de acordo com Bardin (2011) e Pereira (2011), para este último autor a pesquisa qualitativa se desenvolve na medida em que o pesquisador busca compreender fenômenos por meio do levantamento e análise de dados coletados dos participantes da pesquisa, em que, após “Levantadas as informações pertinentes, busca alcançar a compreensão do significado dos fenômenos, baseando-se em forte fundamentação teórica”. (PEREIRA, 2011, p. 60). Esta pesquisa foi realizada utilizando de um questionário, como instrumento de coleta de dados, com perguntas objetivas e discursivas. Após a coleta de dados prosseguiu-se analisando o conteúdo e frequência destas respostas. Para Ramos (2009) a “Hipótese é uma suposição “lógica” precisando de comprovação através da observação referenciada” (p.172). Assim, de acordo com este autor, a partir da indução, ou seja, a partir de um fenômeno particular, os resultados podem ser generalizados. Nesse caso, a partir do perfil dos candidatos do PPS, chegou-se a respostas que possam ser generalizáveis.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, isto é, ela trabalha com o universo de significâncias, motivações, aspirações e atitudes que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis numéricas.

Nesse sentido a análise de conteúdo é escolhida como procedimento de análise qualitativa mais adequada, no intuito de decodificar os textos apresentados pelos participantes da pesquisa proposta que, como em qualquer técnica de análise de dados, em si constituem apenas dados não correlacionáveis, e só terão sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada a fim de que a teoria da pesquisa seja atingida.

Para análise dos dados qualitativa foi utilizado os procedimentos propostos por Bardin (2011) referente a análise de conteúdo, conforme indicação de Vergara (2012), um dos métodos mais utilizados através do procedimento da categorização.

3.2 Participantes

Para Diehl (2004) esta seção tem por função conhecer características da população com a qual se trabalhou na pesquisa. Sendo a pesquisa realizada com 22 dos 35 candidatos a vereador da coligação partidária encabeçada pelo PPS no pleito eleitoral de 2016 na cidade de Campina Grande – PB.

3.2.1 Critérios de Inclusão

Pôde participar da pesquisa todo e qualquer candidato(a) voluntário, participante(a) da coligação. É interessante ressaltar que todos os pesquisados demonstraram interesse no desenvolvimento da pesquisa e que seus resultados serão apresentados em reuniões futuras do PPS como forma de avaliação, motivação e delineamento de novas estratégias para formação do universo de candidatos nas próximas eleições.

3.3 Instrumento

Foi utilizado como instrumento um questionário estruturado elaborado pelo pesquisando e seu orientador, contendo 20 questões. O questionário de acordo com Gil (1987) tem por objetivo investigar conhecimentos, opiniões, crenças, sentimentos e situações.

3.3.1 Descrição do Questionário

De acordo com Diehl (2004, p. 66) foi utilizado um questionário padronizado e/ou estruturado para entrevistar os participantes. Este tipo de questionário tem por características: conter um roteiro previamente estabelecido; com perguntas pré-determinadas; é aplicado em um grupo selecionado; e não há como adaptar as perguntas ou alterar sua ordem durante a aplicação. As perguntas do questionário variaram entre objetivas e discursivas. As objetivas, em sua maioria, tiveram a intenção de traçar um

breve perfil sociodemográfico e trajetória política desses candidatos. As discursivas buscavam investigar sobre as opiniões pessoais dos candidatos acerca do que se questionava. Ao todo foram 20 questões.

3.4 Procedimentos

3.4.1 Procedimento de coleta de dados

Os questionários foram entregues aos candidatos durante a realização das reuniões anteriores à eleição com pedido de resposta e devolução imediatos, respeitando o anonimato, autonomia e tempo necessários para a conclusão dos mesmos. Foram aplicados questionários estruturados para coleta dos dados e consequente análise quantitativa categorial, Bardin (2011). O questionário pode ser encontrado no ANEXO I – Questionário de Pesquisa.

A aplicação dos questionários se deu no período de 18 de agosto a 30 de setembro de 2016, durante a campanha, que de acordo com o TSE teria apenas 45 dias em 2016, objetivando majoritariamente a redução de custos do governo com o processo eleitoral.

O caráter generalístico dado ao questionário e ao procedimento de aplicação da pesquisa permite que esta possa ser realizada em outros pleitos, respeitando a contemporaneidade das questões que tratam sobre a reforma política em processo atualmente.

3.4.2 Procedimento de análise de dados

Sendo esta pesquisa caracterizada como quantitativa categorial, de acordo com Bardin (2011), a partir das respostas dos questionários aplicados foram elencadas categorias e verificadas a frequência em que apareciam. Tais categorias, podem ser chamadas de unidades de registro, que para esse autor “é a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2011, p. 134).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para Moreira (2008) e Ramos (2009) esta é uma das partes mais importantes da pesquisa, pois é a partir da análise que o conhecimento do senso comum ganha caráter de cientificidade, como um conhecimento teórico. Para este mesmo autor a pesquisa tem por significação a investigação minuciosa, manutenção de um diálogo crítico com a realidade, a procura por respostas por meio da utilização de métodos, dentre outros. Pensando assim, analisou-se e discutiu-se os dados coletados.

O Partido Popular Socialista, no Brasil, surgiu de uma discussão interna de renovação no então Partido Comunista Brasileiro, ganhando uma dinâmica maior com a queda do muro de Berlim e a derrocada do comunismo no Leste europeu e culminando com a deliberação no seu X Congresso, em São Paulo, da mudança do nome de Partido Comunista Brasileiro (PCB) para Partido Popular Socialista (PPS), mantendo o Deputado Roberto Freire como seu dirigente máximo Nacional.

O PPS de acordo com o seu Estatuto, no seu Artigo 2º, se declara humanista, socialista e ambientalista, excluindo dogmatismos e sectarismos e ainda no seu artigo 3º constitui como objetivo permanente a ampliação da democracia e a valorização da cidadania.

Mais recentemente em Campina Grande, na Paraíba, o PPS foi reestruturado em 2010, com criação do Diretório Municipal e a eleição de Laerte Mello para presidência do mesmo.

Desde então, o Diretório Municipal apoiou a renovação do Diretório Estadual em 2013 e vem contribuindo sistematicamente para a ampliação, renovação e reestruturação do Partido Político no Estado.

Em 2012 o PPS em Campina Grande elegeu um vereador e em 2016 lançou candidato a Prefeito da cidade. Esta Candidatura a prefeito obteve uma expressiva votação, ficando em terceiro lugar dentre os seis candidatos participantes, disputando a vaga no comando do Poder Executivo Municipal com o atual Prefeito, candidato a reeleição, e com o até então, Presidente da Assembleia Legislativa Estadual, candidato do partido do Governo do Estado.

A partir das eleições de 2012 e visando as eleições de 2016, o PPS em Campina Grande se preparou com reuniões sistemáticas da Comissão Executiva municipal com

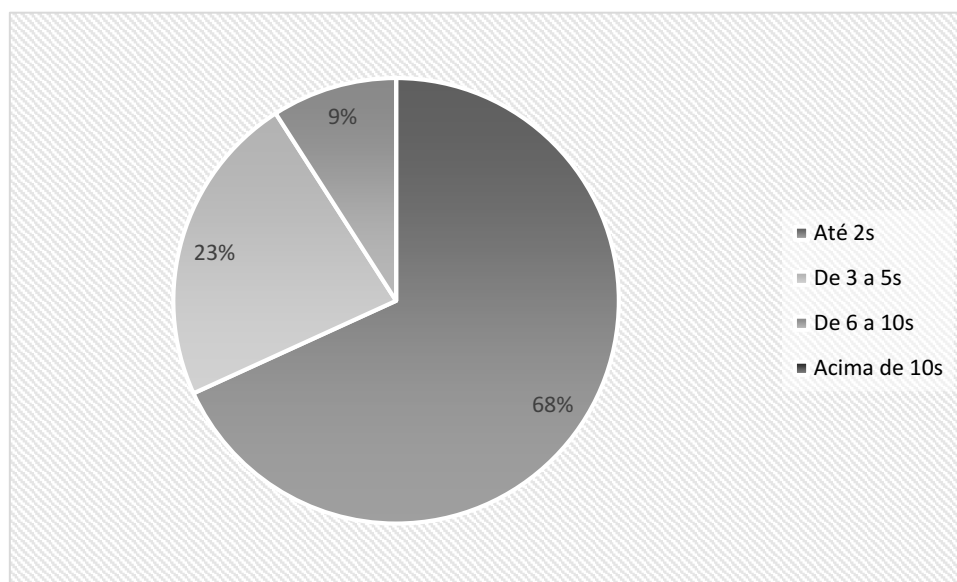
seus filiados, visando fortalecer seus quadros, discutir politicamente os principais problemas e buscar apontar soluções para uma melhor gestão pública no município. Esse empenho culminou com a Convenção Municipal do PPS em 05 de agosto de 2016, no SESC-CENTRO, com a Presença dos Presidente Nacional e Estadual, respectivamente Roberto Feire e Nonato Bandeira. Nessa Convenção discutiu-se a estratégia eleitoral a ser adotada, escolheu-se o candidato a prefeito, bem como seu vice, os candidatos a vereador, e deliberou-se sobre a coligação e demais providências.

Sendo isto uma das motivações que levou a esta pesquisa, realizada com candidatos a vereador do PPS. Os resultados, para serem descritos de modo mais didático e de fácil compreensão, serão apresentados obedecendo a seguinte ordem: a) mapear o perfil sociodemográfico dos candidatos e as motivações para a candidatura; b) conhecer a trajetória política destes candidatos; c) conhecer as qualificações do candidato; d) levantar quais as ambições políticas dos candidatos; e, e) saber quais os envolvimento sociais destes candidatos.

Para responder a hipótese colocada inicialmente, referente ao *perfil sociodemográfico* destes candidatos, foram elencadas três subcategorias: *renda familiar, faixa etária e sexo*.

A renda familiar pode ser observada no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1: Renda familiar (s = salários mínimos).



Fonte: Dados da Pesquisa.

Percebe-se que a maioria dos candidatos, 68%, possuem renda familiar correspondente a Classe E, em acordo com a classificação do IBGE, correspondendo a até dois salários mínimos, neste ano, R\$ 1.760,00 (mil setecentos e sessenta reais). Tal dado se reflete na resposta destes candidatos quanto ao valor que pretende investir na candidatura e na opinião destes quanto a financiamento público e privado as campanhas, que será mostrado posteriormente.

Com relação a faixa etária destes candidatos, 29% estão com idades entre 26 e 39 anos, e a grande maioria 71%, estão com idades entre 40 e 64 anos. O que poderia denotar que são pessoas com mais experiência de vida, bem como, vivência política. Todavia, as respostas destes candidatos a outros questionamentos, mostra que vivência política não está atrelada e nem é proporcional a conhecimento político. Sobretudo, ao se levar em consideração que no Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o voto passa a ser obrigatório a partir dos 18 anos, o que leva a afirmar, tendo como base a faixa etária da maioria dos pesquisados, que estes já participaram de no mínimo 12 pleitos como eleitores e, entende-se isto como vivência em um momento político, fato que, diante dos resultados, não significa que possuam maiores esclarecimentos e/ou maturidade política.

De acordo com o sexo declarado pelos participantes da pesquisa, obteve-se o seguinte resultado: 81% do sexo masculino e 19% do sexo feminino. Segundo a Lei 9.504, de 1997, “do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. Todavia como 37,14% da amostra total, não participou da pesquisa, e uma vez que a candidatura do partido foi homologada, entende-se que o partido atingiu o fator proporcional mínimo de mulheres que se lançaram como candidatas. Mesmo assim, ainda é um número inferior à proporcionalidade da população, principalmente ao se considerar dados do IBGE de 2014 com relação a população brasileira, em que 48% corresponde a homens e 52% corresponde a mulheres, sendo estas, maioria.

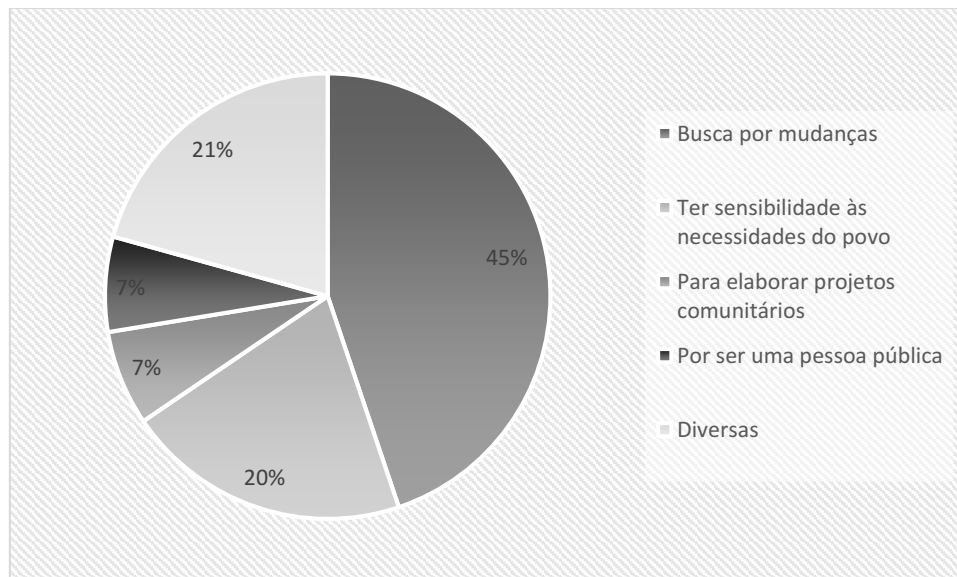
A pergunta utilizada para verificar quais as principais *motivações* da candidatura de cada um, foi feita no formato discursivo. Desse modo, um mesmo candidato podia dar mais de uma resposta. Tais candidatos, relataram as mais diversas motivações que os levaram a pleitear o cargo de vereador da cidade de Campina Grande. Foram elencadas 10 motivações neste sentido, descritas a seguir em ordem da maior para a menor frequência:

1. Busca por mudança;

2. Ter sensibilidade às necessidades do povo;
3. Para elaborar projetos comunitários;
4. Por ser uma pessoa pública;
5. Pela falta de compromisso da atual conjuntura política;
6. Para melhorar a participação da mulher na política;
7. Por conta do candidato a prefeito do partido;
8. Para melhorar a segurança;
9. Por ter uma consciência cívica;
10. Por ter princípios democráticos.

Das quais, apenas as quatro primeiras motivações se repetiram, conforme apresenta o Gráfico 2. Nele pode-se perceber que 45% das motivações expostas são relativas a busca por mudanças. Vinte por cento (20%) das motivações relatadas, mostra que estes candidatos querem exercer o cargo de vereador por terem sensibilidade às necessidades do povo.

Gráfico 2: Motivações para candidatura.



Fonte: Dados da Pesquisa.

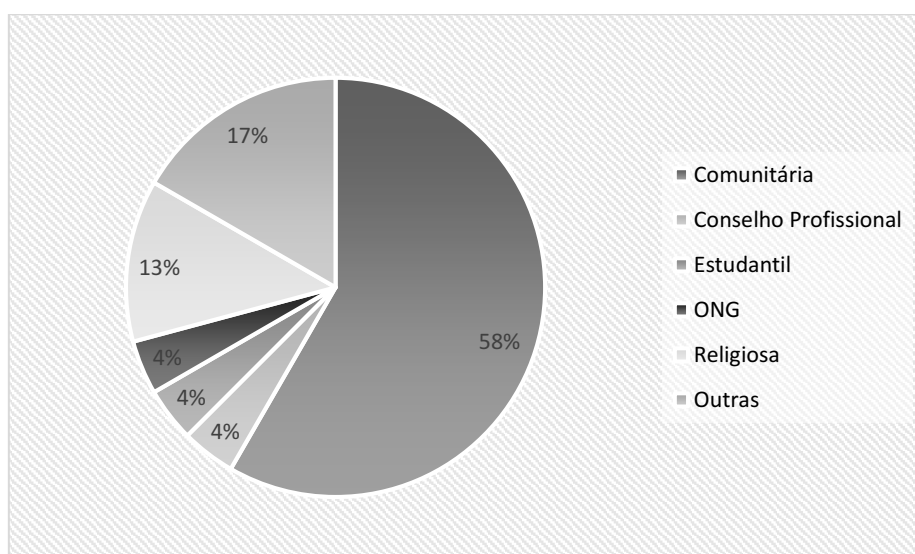
Seguidos de 7% da motivação, para elaborar projetos comunitários e 7% da motivação, por ser uma pessoa pública. Estas motivações podem ser correlacionadas aos envolvimento sociais destes candidatos. É interessante notar que as motivações de

candidatura indicadas majoritariamente não corroboram diretamente com as funções que norteiam o trabalho efetivamente exercido pelo vereador.

Para que se pudesse aprofundar ainda mais a respeito do perfil destes candidatos, buscou-se conhecer a *trajetória política* destes. Para tanto, elencou-se três subcategorias: *atividades político-sociais de interesse; filiado(a) a partido; e candidato anteriormente*.

O gráfico 3 mostra quais são as *atividades político-sociais* de interesse destes candidatos:

Gráfico 3: Atividades político-sociais de interesse.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Neste gráfico pode-se observar que o *interesse político-sociais* destes candidatos está voltado para aspectos comunitários 58%, seguido de outros interesses (na grande maioria não expressos nos questionários) 17%, e interesses religiosos 13%. Com relação aos 58% que se referirem ter interesses em aspectos comunitários, poder-se-ia relacionar com a motivação para a candidatura, *ter sensibilidade as necessidades do povo*, o que já foi justificado acima como algo insuficiente, por este interesse reportar-se a apenas uma parcela da população de interesse do candidato.

A subcategoria *filiado(a) ao partido*, busca investigar se estes candidatos já foram filiados a outros partidos antes da eleição pretendida. Em que 68% não foram filiados a outro partido, reafirmando de que sua experiência e/ou vivência política resume-se a participação em pleitos na qualidade de eleitor. Dos 32% dos candidatos que

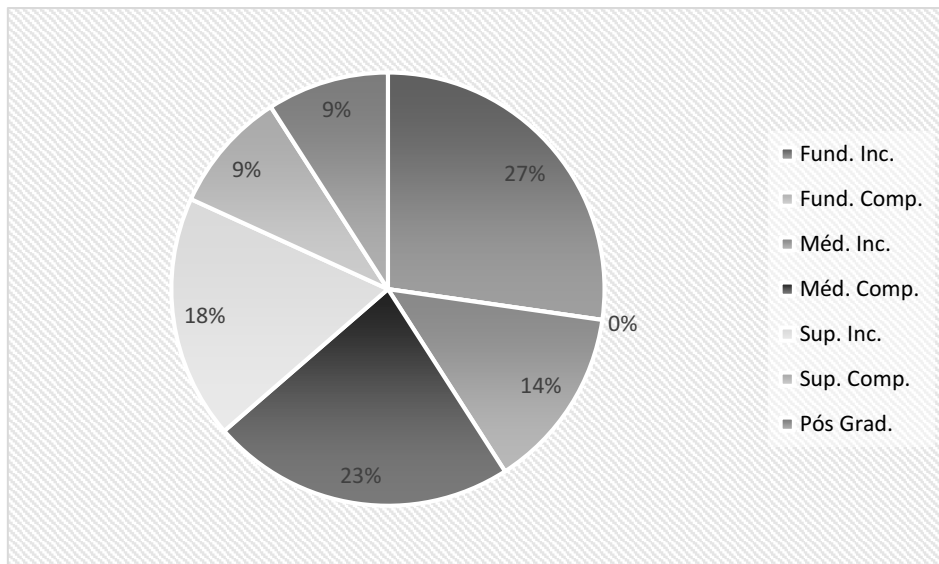
relataram já ter sido afiliados a um outro partido político, citaram os seguintes partidos: PT, PR, PSDB, PTB, PP e PV.

Buscou-se saber quais, dos participantes da pesquisa, já haviam se *candidatado antes*. Uma vez que tal dado aponta para uma maior inserção e experiência no cenário político. Obteve-se que 59% da amostra ainda não tinha se candidatado, e 41% já havia se candidatado, seja pelo PPS ou por outro partido político. Concordando e reforçando o dado encontrado anteriormente, quando os candidatos foram perguntados se já haviam sido filiados a partidos políticos antes, e mais da metade não tinham sido filiados a nenhum outro partido, subtendendo-se que mais da metade estariam no pleito pela primeira vez e com pouca experiência nisto.

Na tentativa de conhecer um pouco mais sobre estes candidatos, buscou-se conhecer quais eram as *qualificações* destes. Para tanto foram elencadas três subcategorias: *escolaridade*, *experiência profissional* e *como o candidato se considera com relação a sua ideologia política*.

Com relação a escolaridade destes candidatos, o gráfico 4 mostra em detalhes:

Gráfico 4: Escolaridade.



Fonte: Dados da Pesquisa.

No quesito escolaridade é possível perceber que 27% dos candidatos possuem ensino fundamental incompleto, o que indica um nível de escolaridade baixo. 23% dos candidatos possuem ensino médio completo, 18% possuem ensino superior incompleto e 14% ensino médio incompleto. Se somarmos as porcentagens dos que não completaram

seus estudos, seja no ensino fundamental, médio ou superior, temos que 59% dos candidatos, ou seja, mais da metade da amostra não completaram seus estudos. Em contrapartida, se somarmos as porcentagens dos que completaram tanto o ensino médio, quanto o ensino superior, temos 32%. Porcentagem inferior, se comparada aos que não chegaram a completar seus estudos.

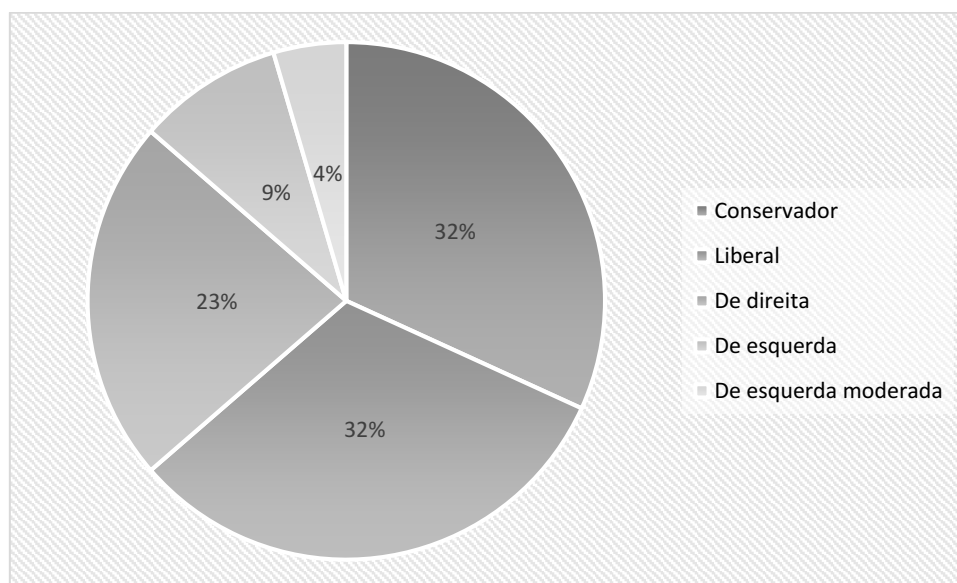
Todavia, embora isso possa influenciar o julgamento da sociedade de forma negativa, quanto a competência e preparação destes para exercerem a função de vereador, não os impedem de pleitearem tal cargo, pois de acordo com o Art. 14 da Constituição da República Federativa do Brasil, qualquer pessoa, maior de 18 anos desde que não seja analfabeto poderá candidatar-se ao cargo de vereador.

Com relação a *experiência profissional*, dos 22 participantes da pesquisa, 18 alegaram ter uma profissão, enquanto que 4 não responderam, o que pode levar a crer que estes estariam desempregados. Foram citadas 13 tipos de ocupações: professor, psicólogo, contador, policial militar, estudante, auxiliar de serviços gerais, motorista, moto-táxi, corretor de imóveis, servidor público, vendedor, representante e sindicalista. Das quais apenas a profissão de professor repetiu-se quatro vezes. E das 13 profissões citadas, apenas 3 profissões poderiam ser correlatadas como experiência profissional para exercer um cargo público, por possuírem experiência administrativa e/ou de conhecimentos com o ambiente de trabalho público, são elas: contador, servidor público e sindicalista.

Este resultado nos remete a subcategoria *atividades político-sociais de interesse*, apontando que a maioria dos candidatos têm interesses voltados ao desenvolvimento de ações comunitárias, de certa forma, pertinentes a sua área de conhecimento, vivência e atuação, o que se encaixaria muito bem na primeira principal função de um vereador, a função legislativa, em que o vereador deverá “discutir e votar os projetos que serão transformados em Leis, buscando organizar a vida da comunidade”. Todavia isto poderia denotar um desprezo ou falta de conhecimento das outras funções do vereador, tão importantes, quanto a legislativa, que devem e precisam ser consideradas, as funções: fiscalizadora, de assessoramento executivo e julgadora.

A subcategoria *como o candidato se considera com relação a sua ideologia política* foi subdividida em 5 modalidades: conservador, liberal, de direita, de esquerda e de esquerda moderada. O gráfico 5 apresenta isto de modo mais detalhado:

Gráfico 5: Como o candidato se considera com relação a sua ideologia política



.Fonte: Dados da Pesquisa.

É possível perceber que houve um empate entre conservadores e liberais, com 32% cada, o que leva a crer, que devida a amostra trabalhada nesta pesquisa ser representativa, que a coligação, embora não levante a bandeira conservador/liberal de forma explícita, estes candidatos assim o fazem.

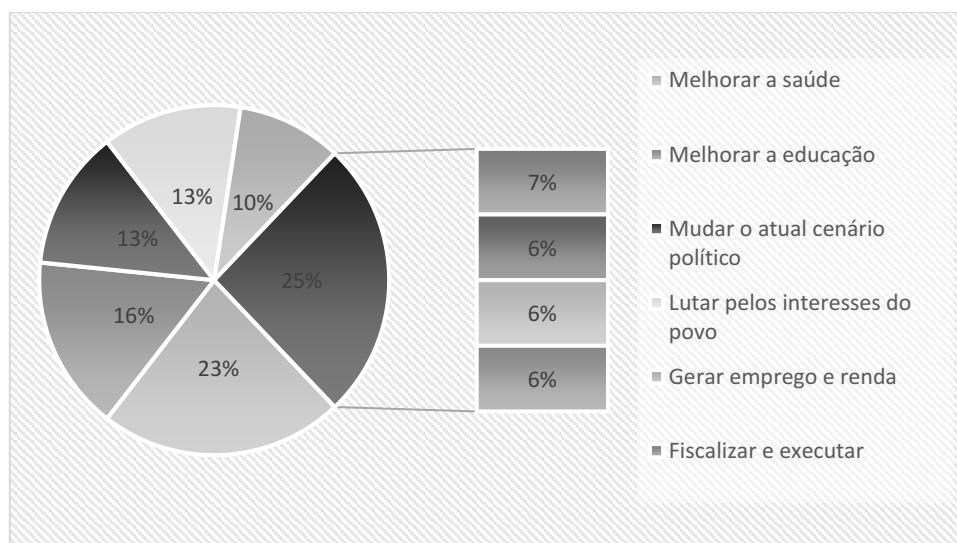
Com relação ao levantamento das *ambições políticas* dos candidatos chegou-se a 16 subcategorias, descritas a seguir em ordem de frequência:

1. Melhorar a saúde;
2. Melhorar a educação;
3. Mudar o atual cenário político;
4. Lutar pelos interesses do povo;
5. Gerar emprego e renda;
6. Fiscalizar e executar;
7. Melhorar a cidade;
8. Ser transparente;
9. Gerar políticas de inclusão e acessibilidade;
10. Priorizar o partido;
11. Melhorar o Centro de Recuperação;
12. Melhorar a segurança;
13. Criar políticas de esporte;

14. Criar políticas para o meio ambiente;
15. Criar políticas para a agricultura;
16. Lutar por justiça social.

Das quais apenas as nove primeiras se repetiram e as demais foram citadas uma única vez. Das seis primeiras categorias que se repetiram em maior frequência, o gráfico 6 abaixo as mostrará em detalhes:

Gráfico 6: Ambições Políticas.



Fonte: Dados da Pesquisa.

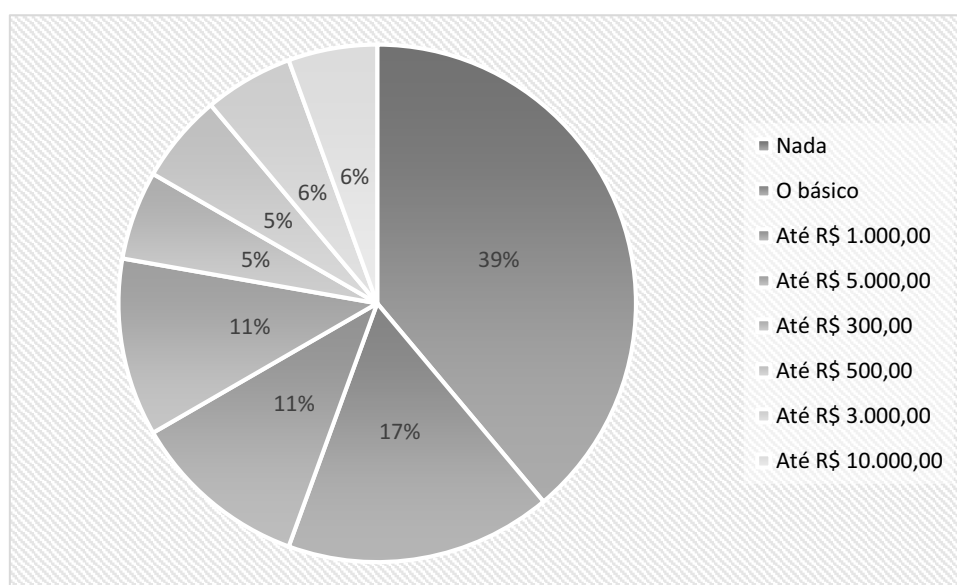
Inicialmente pode-se perceber que, 25% é a soma da frequência das quatro últimas categorias que se repetiram em menor e igual frequência: fiscalizar e executar; melhorar a cidade; ser transparente; e gerar políticas de inclusão e acessibilidade. É interessante notar que as principais funções de um vereador, foram as que se repetiram menos vezes.

Com 23%, “melhorar a saúde” foi a principal ambição política destes candidatos, todavia ao se considerar as atribuições pertinente a um vereador, tendo em vista que ele não pode simplesmente querer mudar a saúde de modo direto, visto que sua função seria criar/gerar políticas que, indiretamente beneficiariam a saúde, por meio da elaboração, discussão e voto de projetos que atendam a esta ambição, bem como a fiscalização e execução de projetos que já existam neste sentido. Isto também se aplica as ambições políticas: melhorar a educação 16%; mudar o atual cenário político 13%; lutar pelos interesses do povo 13%; e gerar emprego e renda 10%.

O quinto ponto que fora levantado relativo as hipóteses e objetivos da pesquisa foi saber quais os *envolvimentos sociais* que estes candidatos possuíam. Mesmo a grande maioria tendo citado como área de *interesse político-sociais* as atividades comunitárias, apenas um participante da pesquisa declarou estar engajado em uma atividade comunitária atualmente.

Outro fator interessante foi o levantamento de quanto estes candidatos estavam dispostos a gastar de recursos próprios para investir em sua campanha. O resultado trouxe o cenário que será exemplificado pelo gráfico 7 abaixo:

Gráfico 7: Quanto os candidatos estão dispostos a gastar de recursos próprios para investir em sua campanha.



Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico mostra que 39% dos participantes não pretendem investir nada em sua campanha, isso nos remete a renda familiar destes participantes, em que mais da metade dos participantes 68% possuem renda de até dois salários mínimo e ao pouco engajamento que estas pessoas têm em causas sociais, financeiramente falando. Outro dado interessante é que, mesmo com pouca renda pessoal, e não tendo como investir mais recursos em sua campanha, 58% dos participantes não são de acordo com o financiamento público e/ou privado às campanhas. Demonstrando que estes participantes possuem pouco conhecimento sobre captação de recursos públicos ou privados para esta finalidade.

A última fase da pré-análise seria a “elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 2011, p. 125). Desse modo, a partir dos questionamentos

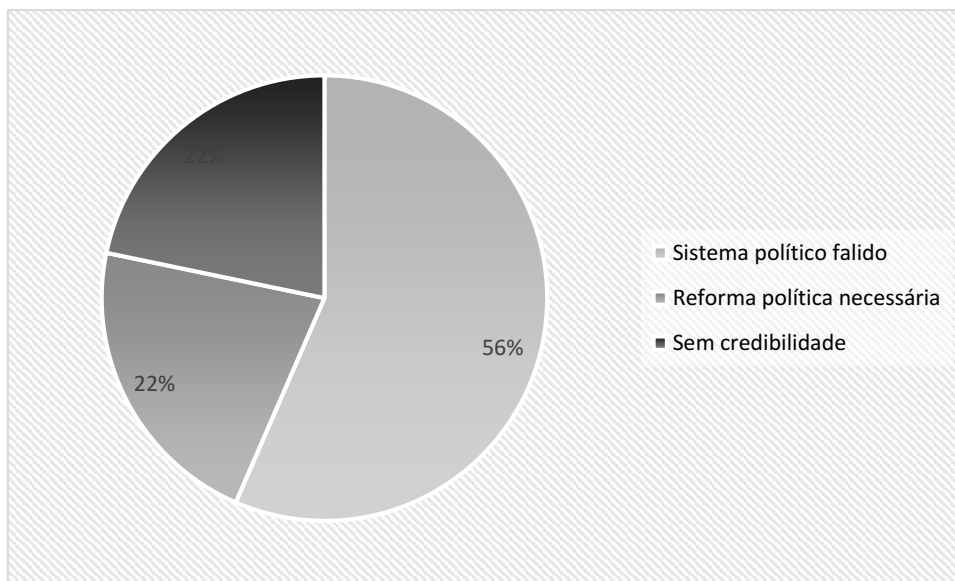
feitos e das respostas obtidas, foram elencados, além dos objetivos, mais sete indicadores temáticos: 1) opinião dos candidatos a respeito da política e dos políticos da atualidade; 2) opinião dos candidatos sobre financiamento público e privado às campanhas; 3) opinião dos candidatos sobre cotas para homens e mulheres no registro das candidaturas para as eleições; 4) opinião dos candidatos sobre a pluralidade de partidos políticos no Brasil; 5) opinião dos candidatos sobre a reforma política que tramita no congresso nacional atualmente; 6) qual a importância que o candidato acha que o partido tem para o eleitor; e 7) o que o candidato pensa sobre fidelidade partidária.

Desse modo, para conhecer um pouco mais sobre as opiniões e posicionamentos políticos destes candidatos, investigou-se quais eram as *opiniões dos candidatos a respeito da política e dos políticos da atualidade*. Estas opiniões foram organizadas em 9 categorias, das quais apenas as três primeiras se repetiram. As categorias foram colocadas em ordem de frequência:

1. Sistema político falido;
2. Reforma política necessária;
3. Sem credibilidade;
4. Fazem promessas que não cumprem;
5. Acha que política se faz com atuações positivas;
6. É preciso aumentar a participação da população;
7. O Brasil está em crise;
8. O sistema político é bom;
9. Os políticos são ruins.

O gráfico 8 mostra de forma detalhada quais as opiniões sobre política e políticos que se sobressaíram:

Gráfico 8: Opiniões dos candidatos a respeito da política e dos políticos da atualidade.



Fonte: Dados da Pesquisa.

No gráfico é possível perceber que, a grande maioria dos candidatos acreditam que o sistema político atual é um sistema falido. Este dado justifica e nos remete ao principal motivo que levou estes candidatos a pleitearem uma vaga de vereador na Câmara de Vereadores de Campina Grande, o desejo por mudança. A mesma justificativa é válida para as categorias *reforma política necessária* e *sem credibilidade*, ambas com 22% de frequência.

Buscou-se verificar quais as *opiniões dos candidatos sobre financiamento público e privado às campanhas*. Dos 22 participantes 19 opinaram e 3 abstiveram-se. Dos que opinaram, 58% não estão de acordo com os financiamentos público e/ou privado às campanhas, justificando seu posicionamento dizendo que era necessário haver um choque de realidade daqueles políticos que possuem facilidade para captar recursos para suas campanhas. Outros candidatos afirmaram que isto geraria desvantagens e desigualdade, uma vez que o voto precisaria ser conquistado. Para estes o financiamento às campanhas é errado, corrupto e precisa ser revisto.

Dos candidatos que eram a favor que houvesse financiamento público e/ou privado as campanhas 42%, justificaram seu posicionamento dizendo que para ser legal, seria necessário fazer o tramite de forma honesta e transparente, para que houvesse uma moralização. Todavia reconheceram que isto pode gerar corrupção.

Outro assunto foi verificado quais eram as *opiniões dos candidatos sobre cotas para homens e mulheres no registro das candidaturas para as eleições*. As opiniões

foram divididas entre opiniões positivas e negativas. As opiniões positivas foram divididas em 7 categorias: estão de acordo; incentiva a participação da mulher na política; gera igualdade; ajuda pessoas carentes; é justo; e, é preciso debater mais a respeito. Destas, as três primeiras se repetiram, suas frequências foram respectivamente: 40%, 20% e 13,33%.

As opiniões negativas foram quatro no total: “se houvesse democracia não haveria necessidade de cotas”; “não deveria ter”; “o sistema de cotas é corrupto”; e “o sistema de cotas é discriminatório”.

A próxima opinião dos candidatos a ser investigada foi a *opinião dos candidatos sobre a pluralidade de partidos políticos no Brasil*. Apenas um participante declarou não ter posicionamento. A maioria disse que estavam de acordo que houvesse pluralidade de partidos, pois assim a população teria mais opção, e que por isso, era justo.

A maioria ainda reclamou da quantidade já existente de partidos. Outras reclamações em face da existência da pluralidade de partidos foram a existência de partidos de aluguel, muitos partidos confundiam a população, com menos partidos haveria mais qualidade, a pluralidade era complexa e deficitária, e que a pluralidade de partidos era um absurdo.

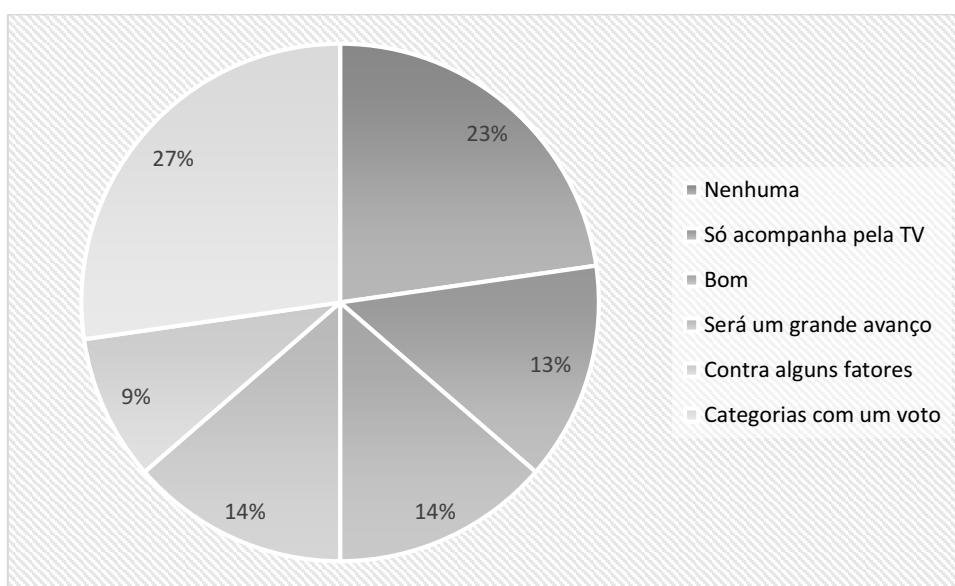
Outra coisa que buscou-se investigar foi a *opinião dos candidatos sobre a reforma política que tramita no congresso nacional atualmente*. Neste sentido, foram elencadas 12 categorias, das quais, apenas as cinco primeiras se repetiram. As categorias foram:

1. Nenhuma;
2. Só acompanha pela TV;
3. Bom;
4. Será um grande avanço;
5. Contra alguns fatores;
6. A favor de alguns fatores;
7. É relativa à reeleição do presidente;
8. Rigidez nos financiamentos;
9. Desmotivação com as concretizações;

10. Só vem para atrapalhar;
11. Retirar os corruptos;
12. Gostaria que os deputados resolvessem isso.

No gráfico 9, é possível observar em detalhes, as frequências das categorias que se repetem:

Gráfico 9: Opinião dos candidatos sobre a reforma política que tramita no congresso nacional atualmente.

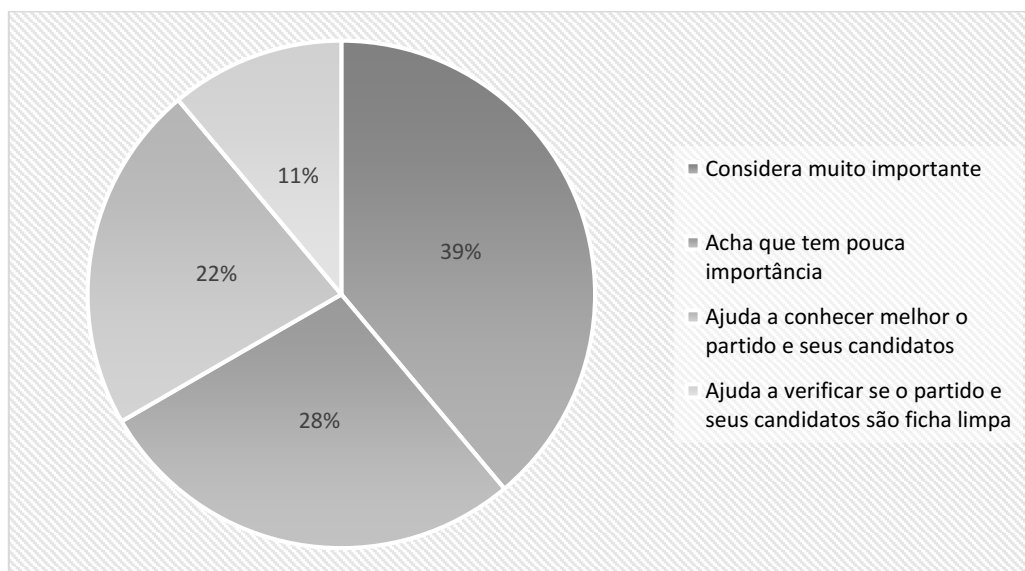


Fonte: Dados da Pesquisa.

No gráfico, 27% corresponde a soma das categorias que só tiveram um voto, 23% dos participantes afirmaram não ter nenhum conhecimento sobre a reforma política que tramita atualmente no congresso nacional, 13% dos participantes só acompanha estas informações pela tv. E tanto aqueles que acham que é um grande avanço, quanto aqueles que acham que é bom, tiveram uma frequência de 14%. Àqueles que se disseram contra alguns fatores tiveram frequência de 9%. Mais uma vez isto nos remete ao pouco de experiência e/ou conhecimento que estes candidatos possuem da política em um cenário mais amplo. Eles estão decepcionados com a atual política, querem mudar, mas acham que conseguirão fazer isso por meio de atividades comunitárias, atingindo apenas uma parcela da população com a qual eles têm contato e conhecimento.

Neste penúltimo indicador temático, buscou-se verificar qual a *importância que o candidato acha que o partido tem para o eleitor*. As respostas foram divididas em 4 categorias, que podem ser melhor observadas no gráfico 10:

Gráfico 10: Importância que o candidato acha que o partido tem para o eleitor.

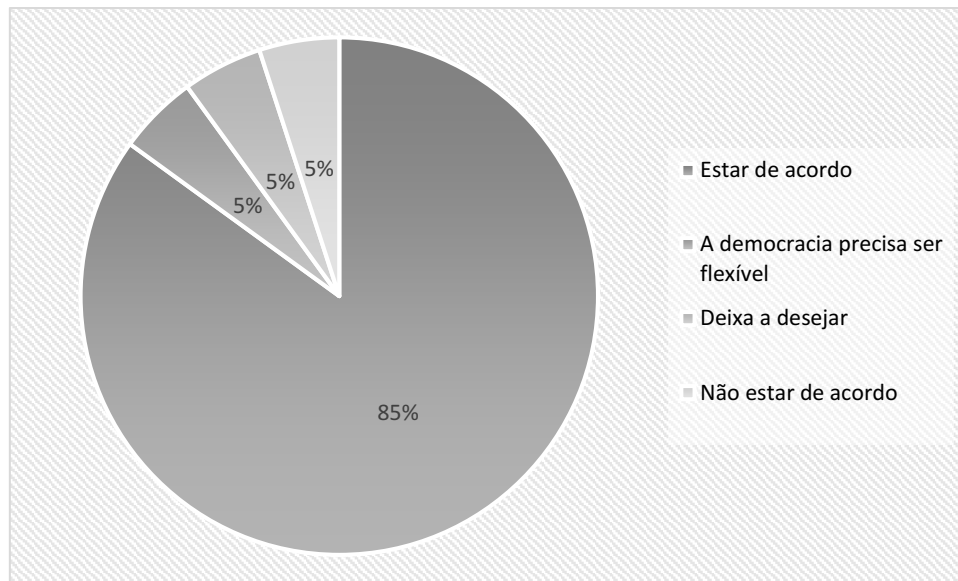


Fonte: Dados da Pesquisa.

Para 39% dos participantes, o partido é muito importante para o eleitor. Para 28% dos participantes, o partido tem pouca importância para os eleitores. Para 22% dos participantes, o partido ajuda os eleitores a conhecerem melhor o partido e seus candidatos. E, para 11% dos participantes, o partido é um meio pelo qual os eleitores podem utilizar para verificar se o partido e seus candidatos são ficha limpa. Para a maioria destes participantes, o partido é uma referência dos candidatos para o eleitor.

O último indicador temático buscou investigar sobre *o que o candidato pensa sobre fidelidade partidária*. Este indicador foi dividido em 4 categorias. A grande maioria é a favor da fidelidade partidária, 85%. Para as outras três categorias: a democracia precisa ser flexível, deixa a desejar e não está de acordo, tiveram frequências iguais e inferiores de 5%. Conforme pode-se observar em detalhes no gráfico 11:

Gráfico 11: O que o candidato pensa sobre fidelidade partidária.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Isto indica que os participantes da pesquisa acreditam ter uma positividade contida na fidelidade partidária. Bem como, pelas justificativas dadas a esta pergunta demonstra é possível perceber o pouco conhecimentos que estes candidatos têm acerca do que significa fidelidade partidária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados apresentados é possível perceber que os objetivos propostos por esta pesquisa foram respondidos. Ao se tentar buscar compreender um pouco mais quem são esses candidatos e por que querem se candidatar. Com relação a renda familiar notou-se que a maioria destes possuem renda de até dois salários mínimos, pertencendo a classe E. A faixa etária dos pesquisados mostrou que 71% estão com idades entre 40 e 64 anos. Com relação ao sexo, 81% são do sexo masculino e 19% são do sexo feminino. Em que a principal motivação para estes participantes se candidatarem foi a busca por mudanças com 45% de frequência.

O objetivo geral foi conhecer a trajetória dos candidatos a vereador, bem como suas qualificações para o exercício do mandato. Na trajetória política destes candidatos notou-se que o principal interesse político-sociais destes candidatos está voltado para aspectos comunitários 58%. Em que 68% nunca foram filiados a nenhum outro partido e que 59% da amostra ainda não tinham se candidatado.

Com relação as qualificações destes candidatos, obteve-se que, 59% dos candidatos, ou seja, mais da metade da amostra não completaram seus estudos. Com relação a experiência profissional, das 13 profissões citadas, apenas 3 profissões poderiam ser correlatadas como experiência profissional direta para exercer um cargo público, por possuírem experiência administrativa e/ou de conhecimentos com o ambiente de trabalho público, são elas: contador, servidor público e sindicalista.

No que diz respeito ao conhecimento, as ambições políticas e aos envolvimento sociais de cada um, os seguintes resultados foram obtidos: com relação as atividades político-sociais de interesse, a maioria dos candidatos têm interesses voltados ao desenvolvimento de ações comunitárias; Sobre as ambições políticas, 25% correspondem a soma da frequência das quatro últimas categorias que se repetiram em menor e igual frequência: fiscalizar e executar; melhorar a cidade; ser transparente; e gerar políticas de inclusão e acessibilidade. E com 23%, “melhorar a saúde” foi a principal ambição política destes candidatos. Consideremos ainda, o fato da maioria dos candidatos, 68%, possuírem renda familiar correspondente a Classe E (até dois salários mínimos). Esse universo opera, na sua maioria, o sistema de saúde municipal.

Com relação aos envolvimento sociais, apenas um participante da pesquisa declarou estar engajado em uma atividade comunitária atualmente. E quando perguntados quanto estes candidatos estavam dispostos a gastar de recursos próprios para investir em sua campanha, 39% dos participantes não pretendem investir em sua campanha.

Ainda referente a trajetória política destes candidatos, ao serem perguntados como se consideram em relação a sua ideologia política houve um empate entre conservadores e liberais, com 32% cada.

Foi possível identificar com esta pesquisa algumas opiniões destes candidatos referentes a assuntos políticos. Com relação a opinião destes candidatos a respeito da política e dos políticos da atualidade, a pesquisa apontou que a grande maioria deles acreditam que o sistema político atual é um sistema falido com 56% das respostas. As opiniões dos candidatos sobre financiamento público e privado às campanhas mostrou que 58% não estão de acordo com os financiamentos público e/ou privado às campanhas. Com relação as opiniões dos candidatos sobre cotas para homens e mulheres no registro das candidaturas para as eleições a maioria está de acordo, pois acreditam que incentiva a participação da mulher na política e gera igualdade.

Com relação a opinião dos candidatos sobre a pluralidade de partidos políticos no Brasil, a maioria disse que estavam de acordo que houvesse pluralidade de partidos, e outros reclamaram da quantidade já existente de partidos, o que segundo estes, faz com que a população fique confusa.

Com relação a opinião dos candidatos sobre a reforma política que tramita no congresso nacional atualmente, 23% dos participantes afirmaram não ter nenhum conhecimento sobre esta reforma. Sobre a importância que o candidato acha que o partido tem para o eleitor apontou que para 39% dos participantes, o partido é muito importante para o eleitor. E sobre o que o candidato pensa a respeito da fidelidade partidária, a grande maioria é a favor desse comportamento, 85%.

Os resultados obtidos na pesquisa para os candidatos são compatíveis com os dados educacionais e de renda da população da cidade em que foi desenvolvida demonstrando que de fato participam do sufrágio eleitoral uma parcela que representa significativamente a população. O fator da representatividade é cumprido, tanto do ponto de vista do eleitorado com necessidades gritantes que torna o candidato refém, a fim de conseguir o benefício particular imediato, quanto do ponto de vista do político que, conhecendo a imediatividade da necessidade dos seus eleitores, a utiliza como ponto de barganha política para seu benefício imediato e eleitoral.

A majoritária má qualificação dos candidatos e o desconhecimento sobre as necessidades do povo que ele representaria, além das que são comuns à sua realidade próxima, acaba por levar poucas escolhas aos eleitores, concentrando o voto em opções orientadas ao resultado de mandatos anteriores (independente da forma que o resultado foi atingido) ou em candidatos que têm suporte de outros políticos já consagrados.

Ainda neste processo de escolha temos duas partes com problemas evidentes. Uma população majoritariamente com a capacidade de escolha deficitária em virtude de suas necessidades imediatas, e candidatos a representantes sem qualificação e buscando resultados às suas próprias necessidades. O que pode ter sido determinante no resultado alcançado na eleição proporcional pela coligação, que foi o fato de não ter conseguido votos suficientes para eleger um de seus representantes para uma das 23 vagas da câmara de vereadores.

Deste modo o sufrágio eleitoral funciona enquanto mecanismo de escolha representativa, mas precisaria ser repensado quanto ao funcionamento da máquina pública, criando condições mínimas aos candidatos, mantendo-se a paridade e o caráter democrático estabelecido na constituição.

Um fato relevante relacionado ao grupo que se dispôs a candidatura é a omissão de pessoas melhores qualificadas ou que tenham conhecimento e envolvimento real em atividades comunitárias ou na formação de políticas públicas junto a conselhos municipais ou entidades representativas. Outra circunstância da mesma forma relevante é o fato de que, quem tem o poder, neste caso o político, quer mantê-lo sob seu julgo e monopólio.

Considerando os dados e avaliações apresentados acredita-se que os resultados obtidos poderão servir de base para contribuir com outras pesquisas que busquem aprofundar sobre a relação entre perfil dos candidatos, qualidade política e a relação com a gestão pública. Também com base nos resultados, outros estudos podem ser desenvolvidos e aprofundados, como: comparar se os resultados encontrados nesta coligação, serão os mesmos em outras; e, desenvolver pesquisas que busquem verificar e aprofundar mais detalhadamente a influência do perfil do candidato com o tipo de gestão pública que se pretende alcançar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATO, Pedro Muñoz. **Introdução à teoria geral de administração pública**. Trad. e adap. de Benedicto Silva 12. ed.1 Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Servo de publicações, 1971.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Código Eleitoral - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. Lex: Dispõe sobre as normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm. Acesso em: 28 fev, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2016. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view> Acesso em: 02 mar, 2017.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016**. Lex: Altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126473> Acesso em: 28 fev, 2017.

CGI – Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios 2015**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Dom_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf Acesso em: 02 mar, 2017.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DATAFOLHA. **Manifestação na avenida Paulista 15/03/2015**. Instituto de Pesquisa Datafolha, Pesquisa de Opinião Pública. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf> Acesso em: 28 fev, 2017.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 2ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Violência Política: Militantes mostram como ela persiste e ameaça a democracia**. Revista Sociologia Ciência & Vida. Ed. Escala. Ano III, Nº 21 (p. 70-77). 2009.

GIL, Antonio Carlos. **O questionário**. In: Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Herivelto. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador** / Herivelto Moreira, Luiz Gonzaga Caleffe – 2ed – Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PEREIRA, José Matias. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e Ações Governamentais** / José Matias Pereira. São Paulo: Atlas, 2008.

PRZEWORSKI, Adam. “**Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agent x principal**”, in Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial: Orgs. Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Kevin Spink. Rio de Janeiro, Editora FGV. 7ed. 2006. Disponível em: <https://www.livrebooks.com.br/livros/reforma-do-estado-e-administracao-publica-gerencial-luiz-carlos-bresser-pereira-peter-spink-plwpi86cuvec/baixar-ebook>. Acesso em: 02 mar, 2017.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Intersaberes, 2012 – Série Gestão Pública. Disponível em: <https://www.livrebooks.com.br/livros/formacao-e-gestao-de-politicas-publicas-roosevelt-brasil-queiroz-ud2tdc5y2iyc/baixar-ebook>. Acesso em: 02 mar, 2017.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento** / Albenides Ramos. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, C. S. **Introdução a Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

TAVARES, Juliana. **Resultado das últimas eleições surpreende sociedade e traz à tona uma velha discussão: faltaria memória política ao eleitor brasileiro?**. Revista Sociologia Ciência & Vida. Ed. Escala. Ano I, N° 1 (p. 55-61). 2006.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Estado, governo e administração pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

TRE, 2012. Disponível em: <http://www.tre-ap.jus.br/imprensa/noticias-tre-ap/2012/Novembro/conheca-as-atribuicoes-do-vereador>. Acesso em: 05 de Jan, 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração** / Sylvia Constant Vergara – 5ed – São Paulo: Atlas, 2012.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**QUESTIONÁRIO PARA CANDIDATOS AO CARGO DE VEREADOR DO
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB**

Caro candidato (a),

Este questionário é anônimo e os respondentes não serão identificados. As perguntas listadas abaixo servirão somente para fins de pesquisa, em nenhum momento suas repostas serão julgadas como certas ou erradas. Não deixe respostas em branco, se tiver alguma dúvida em responder pergunte-me.

Agradecemos a sua colaboração!

1. Idade: _____

2. Sexo: _____

3. Atividade profissional: _____

4. Escolaridade:

Fundamental incompleto () Superior incompleto ()

Fundamental completo () Superior completo ()

Médio incompleto () Pós graduado ()

Médio completo ()

5. Renda familiar:

Até dois salários mínimos () De seis a dez salários mínimos ()

De três a cinco salários mínimos () Acima de dez salários mínimos ()

6. Atividades político-sociais de interesse:

Comunitária	()	ONG	()
Conselho Profissional	()	Religiosa	()
Estudantil	()	Outras	()

7. Já foi filiado a outro(s) partido(s) político(s)?

() Sim () Não

Se sim, qual? _____

8. Já foi candidato a algum cargo eletivo:

() Sim () Não

Se sim, qual? _____

9. Se sim, obteve quantos votos?

10. Qual o fato principal que lhe motivou a ser candidato a vereador nestas eleições?

11. Quanto espera gastar de recursos próprios como candidato a vereador nestas eleições?

12. Qual sua opinião sobre o sistema político brasileiro na atualidade?

13. O que você acha sobre financiamento público e o financiamento privado nas campanhas eleitorais?

14. O que você acha sobre o sistema de cotas para homens e mulheres no registro das candidaturas para as eleições?

15. O que você acha sobre a pluralidade de partidos políticos (acima de trinta) no Brasil?

16. Qual seu conhecimento sobre a reforma política que tramita no Congresso Nacional?

17. Com relação a ideologia política, você se considera de direita, de esquerda, liberal ou conservador?

18. Qual a importância de um partido político para o eleitor, na escolha de uma candidato?

19. O que você acha de fidelidade partidária?

20. Descreva em poucas palavras o que você pretende fazer e priorizar no mandato, caso seja eleito.
